

Violência contra mulher vira debate na campanha

Caso da brigadista morta pelo ex-marido com golpes de uma pia quebrada é mais um triste episódio na estatística criminal. Candidatos ao Palácio do Buriti detalham ações para tragédias diárias como feminicídios

» ANA ISABEL MANSUR
» ARTHUR DE SOUZA

Os índices de criminalidade e violência no Distrito Federal terão de ser enfrentados com rigor por quem ocupar o Palácio do Buriti a partir de janeiro. Somente até agosto deste ano, a capital do país registrou 21,7 mil crimes violentos letais intencionais e contra o patrimônio. O número inclui homicídios, latrocínios (roubos seguidos de morte), lesões corporais seguidas de morte, furtos, roubos e estupros, além de tentativas de homicídio e latrocínio, segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF). Em meio às tristes estatísticas, o recorte de gênero chama a atenção: apenas em 2022, são 13 casos de feminicídio no DF. A última vítima, Patrícia Rufino, 40 anos, foi assassinada no sábado pelo ex-marido, Cleiton Rogério Pereira Costa, com golpes de partes de uma pia, que ele quebrou para agredi-la. Patrícia deixa cinco filhos, dos quais quatro são do assassino (**Leia mais na página 16**).

O aprimoramento da segurança pública precisa incluir o enfrentamento à violência contra as mulheres. Professor de direito penal do Ceub, Víctor Minervino Quintiere

lembra que esse combate deve ser feito de maneira articulada entre União, estados, DF, municípios e organizações não governamentais. “Mais importante do que reprimir, é evitar que as mulheres continuem sendo vítimas dessa prática monstruosa”, avalia. O professor defende ações articuladas para evitar os crimes letais. “Os candidatos devem demonstrar capacidade de integração operacional da segurança pública com outras áreas, como assistência social, saúde, trabalho, educação e habitação.” O próximo governador do DF, conforme explica Víctor, deverá trabalhar pelo fortalecimento de estatísticas de monitoramento “para identificar focos e aprimorar políticas educacionais”. Ele também pede o aumento do atendimento policial especializado, para dar vazão às demandas.

O **Correio** reuniu as propostas dos candidatos ao governo para enfrentar a violência no Distrito Federal. Os programas dos seis políticos que lideram as intenções de voto — de acordo com a última pesquisa **Correio**/Opinião, de 5 de setembro — incluem a valorização dos profissionais, integração entre as forças de segurança, investimento em tecnologias, construção

de inteligência articulada e rigor no combate à violência de gênero.

Programas sociais

Em busca da reeleição, o governador Ibaneis Rocha (MDB) reconhece a importância da autonomia da mulher na construção de uma sociedade mais segura. “A gente tem de combater o feminicídio cada vez mais e dar qualificação profissional para as mulheres. A maioria é líder dos lares da nossa cidade, e temos realizado, com os programas sociais, meios de entregar sempre o cartão do benefício nas mãos das mulheres, porque sabemos que elas têm responsabilidade e ajudam muito mais as suas famílias.”

A senadora Leila do Vôlei (PDT) relembra os feitos do mandato, como a criação da Lei do Stalking (perseguição) e a destinação de 5% do fundo de segurança para a proteção das mulheres. “No meu plano de governo, estão previstas a construção de mais duas unidades da

Casa da Mulher Brasileira e a criação de uma Delegacia Especial da Mulher na região norte do DF. Vamos lançar o projeto Mulher Segura, promovendo ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres e o feminicídio, e capacitar servidores da segurança pública para atendimento humanizado das mulheres vítimas de violência”, detalha Leila.

Candidato do Partido Social Democrático (PSD), o empresário Paulo Octávio afirma que, caso assuma o GDF, fará uma gestão com

“tolerância zero com o crime”. “O aumento no número de agentes de segurança e a implementação de novas tecnologias trarão reflexos para a diminuição do crime”, frisa. Em relação à violência doméstica, PO pretende criar um programa de proteção às mulheres. “Ele consiste no monitoramento do agressor e segurança preventiva da vítima, viabilizando um acionamento anti-pânico em caso de aproximação do autor do crime.”

O deputado distrital Leandro Grass (PV), candidato da federação PV-PT-PCdoB, afirma que a segurança da população será assegurada com o aumento e melhor distribuição dos policiais nas cidades e áreas rurais, além da criação de um sistema integrado de prevenção. “Ele vai envolver não só as polícias militar e civil, como também as comunidades e outros órgãos do governo”, comenta. Para a proteção das mulheres, Grass quer fortalecer e ampliar a Rede de Enfrentamento às Violências contra as Mulheres. “Vamos fazer campanhas para conscientizar, prevenir e educar a população para combater o machismo, o racismo, o capacitismo, o etarismo e a LGBTfobia”, frisa o distrital.

Policiamento

Candidato pela federação PSDB-Cidadania e PRTB, o senador Izalci Lucas (PSDB) garante que, caso eleito, vai integrar as polícias Civil e Militar, com uso tecnologia como drones, e intensificar o policiamento ostensivo e preventivo. “Vamos contratar PMs reformados para trabalhar na segurança das escolas. Faremos um revezamento do comando da SSP-DF entre um representante da Polícia Militar e um

da Polícia Civil.” Em relação à violência contra a mulher, o candidato cita a criação de mais delegacias especializadas, qualificação de pessoal e cobertura às vítimas. “A atual onda de feminicídio precisa ser estancada e somente uma vigilância mais permanente sobre os homens acusados pode evitar isso”, alerta.

Keka Bagno (PSol), da federação PSol-Rede, propõe um modelo de segurança preventivo e comunitário, por meio da integração das forças e do aprimoramento das técnicas de investigação. A candidata também destaca a valorização da saúde física e mental dos profissionais. “Vamos priorizar a consolidação dos Conselhos de Segurança Pública em cada região administrativa, investir nas tecnologias e atuar para equiparação salarial e melhores condições de trabalho. A saúde dos trabalhadores será prioridade.” Para ela, a defesa das mulheres deve incluir assistência social e educação. “Elas são as mais pobres e estão nas filas das creches e das unidades de saúde. Vamos garantir o acesso prioritário delas às políticas públicas em todas as áreas e construir mais uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, em Planaltina, para atender a região norte.”

AS PROPOSTAS DE CADA UM



Ibaneis Rocha (MDB)

- » Ampliar o Sistema de Videomonitoramento e os Centros de Monitoramento Remotos.
- » Projeto Trilha + Segura de prevenção à violência e à criminalidade, com atendimento e acompanhamento psicossocial de adolescentes entre 14 e 20 anos.
- » Programa Órfãos do Feminicídio; incentivar maior participação no âmbito do Sistema de Recompensas do Distrito Federal; e ampliar investimentos de combate aos crimes de gênero.
- » Trabalhar pela isonomia da Polícia Civil com a Polícia Federal; inserir policiais militares e bombeiros militares do DF no plano de saúde do GDF.
- » Construir a Penitenciária do Distrito Federal 3.



Leila do Vôlei (PDT)

- » Fortalecimento dos órgãos para melhoria da segurança nas escolas.
- » Intensificar o policiamento preventivo comunitário nas proximidades das escolas e a percepção de risco a toda a comunidade escolar.
- » Criar alternativas econômicas e sociais para evitar o engajamento de jovens egressos do sistema socioeducativo em dinâmicas do crime.
- » Capacitação de servidores do sistema de segurança pública para atendimento humanizado, condução da ocorrência e encaminhamentos das meninas, mulheres e da população LGBTQIA+ em situação de violência.
- » Investimento em tecnologias de monitoramento modernas.



Paulo Octávio (PSD)

- » Reestruturar e valorizar as carreiras dos profissionais e unificar a base de dados de todas as forças de segurança.
- » Implementar o programa Tolerância Zero à violência doméstica e combater com especial atenção o feminicídio.
- » Criar o programa Segurança do Futuro, com novas tecnologias, como sensores, câmeras, inteligência artificial e botão antipânico.
- » Segurança preditiva: identificar os locais com maior probabilidade de ocorrência de crimes, por meio de base de dados e análise criminal.
- » Fortalecer e integrar o serviço de inteligência dos órgãos de segurança pública do DF e do Entorno.



Leandro Grass (PV), da federação PV-PT-PCdoB

- » DF em Paz: criar um sistema integrado, nas cidades e no meio rural, para combater todas as formas de violência, proteger as pessoas e afastar o medo e a insegurança.
- » Envolver as comunidades, as polícias militar e civil e outros órgãos de governo que podem contribuir para efetivar a segurança no DF.
- » Valorizar os profissionais de segurança pública.
- » Evoluir para o conceito de segurança cidadã e comunitária.
- » Estabelecer de forma clara, transparente e continuada o diálogo entre a população e governo em temas como ambientes urbanos, fachadas cegas, áreas sem iluminação e o papel das forças de segurança.



Izalci Lucas (PSDB), da federação PSDB-Cidadania e PRTB

- » Segurança pública integrada, com estratégia baseada em concepção científica, adoção de ferramentas tecnológicas digitais e legislação atualizada.
- » Recomposição e adequação gradual do efetivo das corporações e ajuste da remuneração.
- » Polícia comunitária.
- » Ação conjunta das forças de segurança pública do DF e da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (Ride), dos órgãos do Executivo, Legislativo, Judiciário e da sociedade civil e, também, o compartilhamento de dados e inteligência.
- » Estruturar o atendimento, ações e programas de prevenção, acolhimento e proteção para vítimas de violência.



Keka Bagno (PSol), da federação PSol-Rede

- » Criar casas de acolhimento provisório para mulheres em situação de violência e regulamentar as leis do Programa Órfãos do Feminicídio e do Orçamento Mulheres.
- » Valorizar a remuneração dos servidores e investir na formação continuada em mediação de conflitos, técnicas de negociação e direitos humanos.
- » Realizar workshops sobre práticas antirracistas, antimachistas e anti LGBTQIA+fóbicas.
- » Promover, no sistema penitenciário, programas efetivos de reinserção social, qualificação educacional e profissional.
- » Construir medidas de justiça restaurativa para crimes de menor potencial ofensivo.

Armamento ou desarmamento, eis a questão

Embora o assunto não seja de competência do Executivo local, o **Correio** questionou os candidatos sobre a flexibilização do acesso dos brasilienses às armas de fogo. Eduardo Galvão, professor de políticas públicas do Ibmecc, destaca que “já é um consenso na literatura especializada que, quanto mais armas em circulação, maior é a probabilidade de ocorrência de crimes. Com a população desarmada, o número de homicídios cai drasticamente”. Ibaneis não quis

comentar o assunto. Leila do Vôlei é contra o armamento da população em qualquer circunstância. “Meu plano de governo propõe uma campanha de conscientização social para a entrega voluntária de armas e munições.”

Paulo Octávio (PSD) afirma que, nas áreas rurais, o armamento garante proteção adicional aos donos das terras. No entanto, o candidato tem ressalvas quanto ao armamento indiscriminado da população. “Prioritariamente,

as forças de segurança pública e segurança privada devem estar bem armadas. Precisamos estudar mais esse impacto junto à população, pois o porte indiscriminado poderá ter efeito diverso do que se pretende atingir.”

Leandro Grass compartilha da opinião da candidata do PDT. “Sou totalmente contra armar a população. Considero essa política nociva para a sociedade e até criminosa. Nós sabemos, por estudos e pelo que vemos, que é sempre

um risco, principalmente quando ocorre de maneira desenfreada, sem controle da posse e do porte e sem rastreamento de munições. Armas devem ser usadas apenas pelos militares e profissionais de segurança pública, responsáveis pela proteção da sociedade.”

O senador Izalci Lucas discorda dos colegas, mas defende cautela no armamento dos indivíduos. “Não pode ser generalizado, para não assistirmos mortes por moti- vos fúteis, como brigas de trânsito

ou mesmo acidentes domiciliares. Sou contra a proliferação descontrolada de armas à população. É preciso que haja critérios rigorosos, além de uma avaliação psicológica para ver se a pessoa está habilitada a usar uma arma em sua defesa. Deve haver critérios específicos para quem mora na área rural, que deem tranquilidade e segurança para quem vive nesses locais, devido a baixa densidade populacional, com fazendas e chácaras isoladas.”

Keka Bagno acredita que o aumento da segurança por meio do armamento dos cidadãos é uma “falsa promessa”. “Sou contra. Não é colocando armas nas mãos das pessoas que vamos combater as violências, ao fazer justiça com as próprias mãos. É uma falsa promessa de segurança, que atenta contra a vida das mulheres, crianças, adolescentes e idosos, dentro e fora das casas, e também contra a vida dos profissionais da segurança pública.”